

"Apartheid" como o colonialismo deve ser erradicado

Last publ. speech ??
N. 4/9/86

- afirmou o Presidente Samora Machel na 8.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados

O Presidente Samora Machel proferiu ontem na 8.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados, o seguinte discurso:

Em 1970 reunimo-nos em Lusaka, Moçambique, Angola, Zimbábue não eram Estados soberanos. Os movimentos de libertação não eram membros plenos, apenas observadores.

dependência, igualdade dos homens e progresso. Mais de uma centena de Estados, praticamente dois terços dos países soberanos, constituem a família dos Não-Alinhados.

O nosso Movimento tornou-se um

pagam uma ideologia que preconiza e valoriza a intervenção e a agressão de certos Estados contra países soberanos do Terceiro Mundo.

O imperialismo pretende fazer crer que a violência nasce da luta dos povos pela sua liberdade e que os seus bombardeamentos, invasões e massacres são actos de paz.

Quando procuramos as razões da violência, encontramos a dominação

Por esse motivo, a sua estratégia era fundamentalmente de defesa dos bastiões do racismo e do colonialismo. Porque não concebia a derrota em Moçambique, Angola, e Zimbábue não tinha preparado alternativas.

Face às derrotas, Pretória adoptou uma estratégia agressiva, de reconquista de posições.

Esta estratégia desdobrou-se em dois vectores principais: o projecto da constelação de Estados que visava reduzir os nossos países à condição de bantustões e a desestabilização que tem por objectivo a destruição dos próprios Estados.

Na estratégia global, a África do Sul assegurava a repressão contra o ANC e o SWAPO e a agressão à Angola, enquanto o regime ilegal da Rodésia do Sul era o principal agente da desestabilização em Moçambique e na Zâmbia. Paralelamente, a África do Sul iniciou um conjunto de medidas económicas contra Moçambique.

Os objectivos eram enfraquecer a capacidade de resposta às agressões rodesianas e fazer Moçambique abandonar a aplicação de sanções à Rodésia decretadas pelo Conselho de Segurança.

Não obstante as destruições e outros prejuízos económicos causados à região, esta estratégia não impediu a vitória do povo do Zimbábue.

A criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, SADCC, em 1980, representa o momento organizativo e a definição da estratégia de cooperação, com vista ao desenvolvimento económico dos nossos países e à redução da sua dependência em relação à África do Sul.

Aos olhos de Pretória, a SADCC representa a inviabilidade do seu projecto de dominar a região através da constelação de Estados.

A partir de 1980, assiste-se na região à escalada generalizada do processo de desestabilização.

A desestabilização é global. Ela visa toda a região e é multifórmula. A África do Sul utiliza uma intensa acção diplomática, a propaganda subversiva, a pressão económica, a agressão armada.

As estratégias de desestabilização são de três tipos: a diplomática, a propaganda subversiva, a pressão económica, a agressão armada.

Até ao nível internacional, Pretória procura camuflar a agressão contra a nossa zona com fazendo parte do conflito Leste-Oeste. Na África Austral, o conflito é com o «apartheid».

O colonialismo sul africano na Namíbia, o «apartheid» na África do Sul, a política belicista e expansionista de Pretória na África Austral, são condenados por todos os povos e Estados do mundo.

O vultoso dos povos e Estados da África Austral que cada vez mais se materializa esta aliança contra o colonialismo, contra o apartheid e a política de guerra.

A acção de propaganda subversiva de Pretória usa os mais poderosos meios de comunicação de massas na sua região. Os seus objectivos vão desde a distorsão sistemática de acontecimentos e da realidade até à pro-

quadra, transporta, comanda e dirige grupos terroristas de bandidos armados.

Senhor Presidente

O banditismo armado, fenómeno novo em África, insere-se hoje na estratégia global imperialista de reconquista das posições perdidas e de promoção de conflitos localizados.

Os promotores do banditismo armado na nossa região, inspiram-se em experiências anteriores.

Elas vão desde a tática de criar pseudoguerrilhas, usada pelo colonialismo no Quênia, até à vietnamização como método de transferir para agentes internos as tarefas da força expedicionária na guerra de agressão.

A criação pelo colonialismo português de forças especiais e de movimentos fantoches em Moçambique e em Angola, formados por colaboracionistas moçambicanos e angolanos, insere-se nesta perspectiva e constitui a génese do banditismo armado na nossa região.

O regime ilegal da Rodésia iniciou a desestabilização do nosso país utilizando colonos colaboracionistas, criminosos de delito comum, marginais e outros anti-sociais.

Com a queda do regime de salubridade, Pretória assume o comando directo do terrorismo contra Moçambique.

É a partir de Pretória que se definem as formas de recrutamento, os métodos, os objectivos e os alvos da acção terrorista dos bandidos.

A incorporação compulsiva de novos elementos nos bandidos armados realiza-se fundamentalmente de duas maneiras. Uma, verifica-se dentro da própria África do Sul, no seio de emigrantes moçambicanos, em particular dos ilegais, que se encontram numa situação de grande vulnerabilidade.

Outra forma de incorporação compulsiva, faz-se dentro de Moçambique, nas zonas rurais. Camponeses feitos cativos são obrigados de imediato a praticar actos criminosos na própria aldeia para se comprometerem perante a sua comunidade, com o banditismo armado. Adolescentes de 13 e 14 anos cuja personalidade ainda não está formada, portanto mais permeáveis, são raptados e iniciados na prática da violência e do crime.

O método utilizado pelo banditismo é impregnado pelo terror, pelo medo e pela estratégia de dominação.

Os bandidos armados criam deliberadamente uma imagem aterradora de si próprios. Deste modo, procuram que as populações tenham por eles um medo mais intenso do que o ódio que as suas acções inspiram.

O terrorismo caracteriza-se pela brutalidade mais criminosa e destrutiva. As mutilações e massacres indiscriminados de populações civis e indefesas, junta-se o assassinato selectivo de médicos, engenheiros, jornalistas, professores, enfermeiros, técnicos agrícolas, dirigentes locais das organizações democráticas. Os bandidos armados queimam vivos passageiros em autocarros e camponeses nas suas casas. Técnicos estrangeiros, sacerdotes e freiras, membros do clero de várias confissões são raptados e, por vezes, assassinados.

Aldeias, lojas, postos sanitários, escolas, igrejas, mesquitas, são pilhadas e destruídas. Plantações, centros produtivos pontes, linhas de energia, meios de transporte são sabotados, queimados, arrasados.

Os terroristas destroem ambulâncias. Atacam veículos que transportam comida e medicamentos para as vítimas da seca.

A política terrorista é uma política de terra queimada.

No intuito de agravar a vida dos camponeses, 800 lojas foram destruídas e paralisadas, afectando gravemente a comercialização agrícola, o abastecimento de produtos e consequentemente a produção agrícola.

Foram destruídas fábricas de açúcar, de chá, serrações, cortadas linhas de transporte de energia, sabotadas vias férreas para o escoamento do carvão, produtos de exportação que asseguravam uma considerável receita em moeda externa.

A África do Sul cortou para cerca de 10 por cento o seu tráfego de mercadorias pelo nosso sistema ferroviário, outrora uma das principais fontes de divisas da economia moçambicana.

São apenas alguns exemplos dos efeitos da agressão externa contra Moçambique.

O nosso Governo avalia que os efeitos directos desta guerra não declarada ascendem a mais de 4 bilhões de dólares americanos, praticamente o dobro da dívida externa de Moçambique. Nesta estimativa, não estão incluídos os efeitos indirectos da paralisação da produção, o estrangulamento no circuito de distribuição, transporte e escoamento. Não estão incluídos os custos de reabilitação das infraestruturas económicas e sociais destruídas.

O terrorismo contra Moçambique é unicamente o instrumento de um projecto exterior. A ausência do mais elementar sentimento nacional é demonstrada pelos métodos, acção e objectivos do banditismo.

O uso de moçambicanos como instrumento de terror e destruição, insere-se na política de substituir cadáveres brancos por cadáveres pretos e diminuir os custos da agressão, fazer uma guerra barata.

Só um projecto estrangeiro pode conceber tal crueldade e tão grande fúria destrutiva.

Só uma agressão externa pode determinar que escolas, hospitais, meios de transporte colectivo, ambulâncias, os mais modestos bens pessoais dos camponeses mais pobres sejam queimados e destruídos.

Só um projecto estrangeiro pode conceder a permissão de utilizar um flagelo como a seca para organizar um verdadeiro genocídio. Os veículos que transportam alimentação, medicamentos e vestuário, incluindo docas da Comunidade Internacional, são alvos seleccionados. Essa alimentação, medicamentos e vestuários são queimados com as viaturas que os transportam e com os seus ocupantes. Só esta acção, firmemente planeada por Pretória, provocou mais de cem mil mortos.

É preocupante constatar que estes grupos terroristas dispõem de apoios e complicitades públicas em certos países ocidentais que se pronunciam como campeões da luta contra o terrorismo.

O terrorismo como forma de agressão externa afecta hoje já diversos países da Ásia, África e América Latina que se encontram representados nesta sala.

O banditismo armado é uma nova tática de agressão contra a independência dos nossos Estados e o Movimento dos Países Não-Alinhados.

As nossas Cimeiras devem dar a devida atenção a este fenómeno e tomar as medidas necessárias para a sua erradicação.

Senhor Presidente,

Há vinte e dois anos que o povo moçambicano luta pelo estabelecimento da paz, consciente de que ela é a condição essencial do desenvolvimento.

Só num clima de estabilidade poderemos desenvolver todas as potencialidades do nosso país, estender a educação e a saúde a todo o povo, liquidar a fome, a nudez e a miséria, eliminar o subdesenvolvimento.

A tranquilidade é essencial à cooperação entre os países da nossa região



O Presidente Samora Machel fotografado ao discursar, ontem, na 8.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados em Harare

se os Chefes de Estado e de Governo em Harare, capital do Zimbábue independente, depois dos Ministros dos Negócios Estrangeiros se terem reunido em Luanda, capital de Angola independente.

Sentam-se conosco, já membros plenos do Movimento dos Não-Alinhados, o ANC e o SWAPO, como representantes reconhecidos dos seus povos.

Estas transformações exprimem de forma eloquente a aceleração da história que tem lugar na África Austral.

Com triste sentimento a ausência do Presidente que elegemos na 7.^a Cimeira. O fanatismo assassino afastou de nós Indira Gandhi. Ficamos a sua lição de firmeza anti-imperialista, de combatente anti-«apartheid», promotora da causa de um não-alinhamento ao serviço dos interesses dos povos.

Ficamos a memória de uma subtilidade de pensamento e refinamento de inteligência, sobrevivendo à acção conseqüente pela unidade e progresso do povo indiano, pela unidade e solidariedade do nosso Movimento e da Humanidade.

Temos como palco da celebração do 25.^o Aniversário dos Não-Alinhados, a cidade de Harare, que nos acolhe com hospitalidade e calor fraterno e solidário. A eficácia e a qualidade da organização desta Conferência orgulha o Continente Africano e honra o Zimbábue independente.

A luta armada de libertação do Zimbábue foi uma luta heróica, uma epopeia de sacrifício e firmeza do povo. Ela foi objecto da solidariedade activa dos países não-alinhados. A existência de um Zimbábue livre, em que os interesses de raças e cores diferentes são iguais, alarga as fronteiras dos ideais do Não-Alinhamento na África Austral.

Elegemos para nosso Presidente uma personalidade destacada, uma camarada e amigo, um dirigente guerrilheiro que se afirma como estadista prestigiado e conseqüente. A figura de Robert Gabriel Mugabe, para nós moçambicanos, simboliza particularmente a unidade e solidariedade forjadas pela luta dos nossos povos seladas pelo sangue.

A República Popular de Moçambique tudo fará para apoiar o nosso Presidente no cumprimento desta missão complexa, difícil e honrosa para todos os povos da África Austral.

Sentimos o dever de saudar, com admiração e carinho, o Primeiro Ministro Rajiv Gandhi que assumiu a direcção do nosso Movimento num momento particularmente crítico. Ele dirigiu o Movimento dos Não-Alinhados com coerência e dinamismo, honrando a tradição anti-imperialista, anticolonialista e anti-racista da Índia. Ele consolidou a nossa unidade numa situação internacional complexa e cheia de tensões.

Senhor Presidente,

Há um quarto de século, na primeira Cimeira em Belgrado, participaram 26 Estados.

Virte e cinco anos volvidos, podemos medir os enormes sucessos alcançados na luta pela liberdade, in-

factor importante na cena internacional.

Dinamiza a luta contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo. Contribui poderosamente para a libertação da Humanidade da ameaça de guerra e catástrofe nuclear. Promove activamente a Nova Ordem Económica Internacional. Torna-se mais forte a nossa acção pela independência nacional contra a política de polarização do mundo em blocos.

A nossa Assembleia tem lugar nas fronteiras do «apartheid».

Os anos que nos separam da última reunião do Movimento na África Austral, em Lusaka em 1970, caracterizam-se por grandes vitórias alcançadas na luta pela libertação nacional e social dos povos.

Neste período, pôs-se termo ao colonialismo em África, com excepção da Namíbia. Foram derrubados regimes tirânicos na América Latina, na África, no Golfo, na Ásia. Colocamos no centro da actualidade os problemas prementes relativos à Nova Ordem Económica e à Nova Ordem da Informação.

Tornámos a Humanidade consciente da crise gravíssima resultante da pilhagem do Terceiro Mundo. A divida externa que dela é expressão, condena os nossos países à miséria e exploração, à perda da soberania sobre a sua política económica e social.

As nossas vitórias foram alcançadas através de uma luta tenaz contra as forças do imperialismo e da reacção.

Senhor Presidente,

As nossas vitórias, o inimigo permanente dos povos tenta responder de maneira organizada com uma contra-ofensiva sofisticada, violenta e cruel.

Ela reveste-se de diferentes tácticas que têm em comum o objectivo de conter o movimento de emancipação dos povos e reduzir os nossos países à submissão política, económica, social e ideológica do imperialismo.

Nuns casos, as armas utilizadas são a pressão e a chantagem económica, a desinformação deliberada. Noutros casos recorre-se à força brutal da agressão militar e do terrorismo.

A tendência dominante, que no passado foi o intervencionismo de forças expedicionárias, é hoje o recurso das forças locais para a repressão do movimento de emancipação dos povos.

Criam-se gendarmes regionais encarregues de levar a cabo uma política de subversão, terrorismo e agressão. A ingerência nos assuntos internos, o terrorismo, a ocupação directa ou indirecta de territórios, a destruição de Estados, começa a surgir como uma perigosa prática internacional.

Estes fenómenos ocorrem hoje em todo o terceiro mundo.

A destruição do Estado no Líbano evidencia tragicamente esta política. Angola e Nicarágua são dois dos Estados objecto desta prática agressiva.

Os grandes meios de difusão de massa, o cinema, a televisão, a imprensa escrita e falada, o livro, pro-

dos povos. A dominação, o colonialismo, a discriminação racial, as diferduras impõem-se pela brutalidade, alimentam-se da violência, promovem a guerra. A liberdade, a independência, a democracia promovem a paz.

As razões da violência na África



Samora Machel durante o decorrer dos trabalhos da 8.^a Cimeira de Harare

Austral encontram-se na ocupação estrangeira.

O colonialismo trouxe massacres, a eliminação de Estados e sistemas políticos, a pilhagem de recursos, a exploração dos povos, a negação da sua personalidade, da sua cultura, da sua história. É violência a espoliação da terra, o trabalho forçado, a discriminação racial. É violência reduzir cidadãos a estrangeiros na sua pátria.

O imperialismo concebeu a África Austral como a «África branca», tendo por centro a metrópole da África do Sul. A população branca seria instrumentalizada para a ocupação e dominação.

A vitória em Moçambique, Angola e Zimbábue, fizeram avançar a liberdade e a democracia até às fronteiras do «apartheid» na África do Sul e do colonialismo na Namíbia.

O projecto político da «África branca» e a ambição de hegemonia regional da África do Sul ficaram comprometidos. O regime de Pretória viu-se obrigado a rever a sua estratégia.

O mito da superioridade racial, tinha levado o regime do «apartheid» a acreditar na invencibilidade das minorias brancas. Elas eram o seu escudo e o seu instrumento de hegemonia na região.

moção da imagem dos seus grupos terroristas de bandidos armados como entidades políticas autónomas.

A África do Sul, utilizando as relações de dependência que o sistema colonial forjou, exerce chantagem económica e aplica sanções contra os Estados da região. A rede de transportes, a energia, o trabalho migratório, as relações comerciais, a localização na África do Sul das sedes regionais das empresas transnacionais, são instrumentos desta política.

Ao sabotar em Angola e Moçambique as vias de comunicação para os portos naturais dos países da SADCC, Pretória forçou a utilização dos seus portos e reforçou a dependência da região.

As Forças Armadas sul-africanas fazem uma guerra colonial na Namíbia, invadem e ocupam parte do território angolano, realizam operações militares e agrídram a Swazilândia, Lesotho, Botswana, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique. O regime de Pretória procura generalizar o conflito, provocar a sua polarização ameaça a paz e segurança na região e no mundo.

Para desenvolver o processo da agressão e desestabilização da zona, Pretória organiza, recruta e treina, financia, equipa e abastece, arma, en-



Fidel Castro, líder cubano, participando nos trabalhos da 8.^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados

à participação plena da África Austral no processo de estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional.

No quadro da nossa política de paz, assinamos com a África do Sul em Março de 1984 um acordo de não agressão e boa vizinhança.

O Acordo de Nkomati obriga o regime sul africano a pôr termo à desestabilização de Moçambique e a renunciar à agressão contra o nosso país. Ele não o fez.

A República Popular de Moçambique, como País da Linha da Frente, é vista pela África do Sul como um exemplo que é preciso destruir.

A República Popular de Moçambique instituiu uma sociedade anti-racista, de igualdade entre homens de todas as raças, uma sociedade que visa eliminar todas as formas de discriminação e exploração.

O nosso país é rico de recursos naturais, com terra fértil, vastas potencialidades hídricas e energéticas e importantes jazigos minerais.

Os 2600 km de costa moçambicana estendem-se ao longo do canal de Moçambique, rota marítima de grande importância geo-estratégica.

Com os seus portos e linhas férreas, Moçambique é o acesso natural e económico ao mar para o interior da nossa região constituindo um elemento essencial para o projecto de cooperação da SADCC.

Pelo nosso anti-racismo, pelas potencialidades económicas e importância para a região, pela posição estratégica e dependência histórica da África do Sul, Moçambique é um alvo fundamental no contexto da estratégia regional de Pretória.

Por isso a opção de Pretória foi prosseguir e intensificar a agressão através dos bandidos armados, violando o Acordo de Nkomati.

Face ao crescimento irreversível da luta do povo sul-africano, face ao desenvolvimento da luta armada de libertação na Namíbia, sentindo o seu crescente isolamento internacional, o regime de Pretória procura agora redesenhar a face do banditismo armado.

Neste quadro, Pretória é o círculo internacional que apoia o «apartheid» instalando bases operacionais dos bandidos armados fora da África do Sul.

Esta manobra visa estender o conflito que opõe os povos da região ao «apartheid» para as relações entre países membros da Organização da Unidade Africana.

Senhor Presidente,

Nos últimos dois anos, assistimos na África do Sul a uma luta popular sem precedentes na história daquele país.

Sob a direcção do Congresso Nacional Africano, enquadrado pela Frente Unida Democrática, pelos sindicatos e outras organizações patrióticas e democráticas, o povo sul africano tomou a iniciativa do processo de transformação da Sociedade. A sua luta já é irreversível e só cessará com o fim do «apartheid». Os assassínios e massacres são manifestações de desespero de quem nunca pensou ver o seu poder e o seu mito hegemónico contestados pelo povo que sempre considerou inferior.

Na sua luta, o povo sul-africano começa a edificar uma nação unida, democrática e anti-racista. Pretos, mestiços, indianos, brancos, sul-africanos de todas as raças e religiões, de diferentes origens sociais, lutam lado a lado animados pelos sucessos já alcançados.

É crescente o número de sul africanos brancos, personalidades religiosos, estudantes, intelectuais, académicos, trabalhadores, homens de negócios que erguem as suas vozes exi-

(Continua na página seguinte)

"Apartheid" como o colonialismo deve ser erradicado

Continuado da página anterior)

gindo o fim do «apartheid» e uma solução negociada com o ANC.

Nos próprios bastiões do povo subleva-se contra o regime e seus lacaios, desfazendo a ilusão racista de uma África do Sul fragmentada e submissa.

A economia sul-africana, barómetro pelo qual o regime e a sua base de apoio medem a estabilidade política do país, entrou em crise. A exportação ilegal de capitais e a crescente dificuldade em obter novos créditos são reveladores da degradação do Sistema.

A mensagem que nos vem da África do Sul é de coragem, sacrifício e certeza na vitória.

O pesado tributo de sangue que o povo acatou pagar pela liberdade mede-se, só nos últimos dois anos, por milhares de patriotas assassinados pelo «apartheid». Estes mártires significam também que o povo já não tem medo da máquina repressiva do regime. De mãos nuas contra blindados e balas, os sul-africanos decidem o futuro do seu país, determinam que a África do Sul será livre.

Senhor Presidente,

Não há apartheid democrático. Não há «apartheid» humano. Não há «apartheid» pacífico. O «apartheid» é a negação da justiça, da igualdade, da convivência social, é a expressão institucional da violação de todos os direitos humanos.

O «apartheid», como o colonialismo, não é reformável. O «apartheid», como o colonialismo deve ser erradicado.

Os círculos belicistas, internos e externos, que apoiam o regime de Pretória, procuram ainda uma fórmula que lhes permita acabar com o sistema do «apartheid», preservando a natureza actual do poder. Com vista a ganhar tempo e fazer retroceder as conquistas dos povos da região, estes círculos estão dispostos a promover conflitos, incluindo uma guerra racial que pode afectar a região e degenerar na confrontação entre forças externas ao Continente.

A África do Sul é um Estado afastado, da comunidade internacional devido à sua política racista.

É o «apartheid» que aliena a população branca sul-africana da sua natureza e do seu destino de africanos, que impede a sua identificação como parte dum povo africano.

Os sul-africanos brancos não são rejeitados no nosso Continente. Os brancos não são rejeitados em África.

A África Austral é já um exemplo desta realidade. Nos nossos países a cor da pele não é critério de nacionalidade. Em todos os nossos países há numerosos cidadãos brancos, com todos os direitos constitucionais dos cidadãos. Esta é uma parte essencial da alternativa de civilização que os nossos países representam na região.

A comunidade internacional, e em particular o Movimento dos Não-Alinhados devem intensificar o seu apoio à luta do ANC e de todas as forças democráticas sul-africanas na aplicação de sua política anti-racista, no alargamento da grande frente interna e externa contra o «apartheid». Esta é a forma de impedir que acções fanáticas e aventureiras conduzam a região para um banho de sangue de consequências imprevisíveis para a paz mundial.

Queremos uma África do Sul democrática, onde prevaleça a justiça, a igualdade, onde todos os sul-africanos independentemente da cor da pele, da raça ou religião. Queremos uma África do Sul onde todos participem na decisão política e económica e beneficiem das riquezas que produzem.

Queremos uma África do Sul onde todos os cidadãos possuam os mes-

mos direitos e sejam iguais perante a Lei. A eliminação do «apartheid», para ser completa, significa o fim do «apartheid» político, económico, social e cultural.

O regime de Pretória tem de negociar com o ANC. Está entre nós, nesta Assembleia, Oliver Tambo, Presidente do ANC, o homem e o combatente que tem conduzido a luta do ANC na África do Sul. Todos nós, Camarada Tambo, conhecemos a tua capacidade de liderança, o carisma que gozas no seio do teu povo. São homens como tu, a frente da luta do povo que inspiram força, confiança e determinação ao povo para lutar e vencer. É com Nelson Mandela e Oli-

Oito anos antes da independência, de Angola as Nações Unidas criaram o Conselho da Namíbia com a missão de conduzir o território à independência. Pretória opôs-se ao processo. Em 1978, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por voto unânime e com assentimento do governo sul-africano, aprova a Resolução 435. Pretória bloqueia a implementação da Resolução.

Os factos históricos demonstram que durante mais de duas décadas a questão da independência da Namíbia nada teve a ver com a presença de tropas cubanas em Angola.

É contra o direito internacional e a

A África do Sul destrói as linhas de comunicações e transportes que asseguram a vida económica da região. Sabota repetidamente os acessos aos portos moçambicanos de Maputo, Beira e Nacala e ao porto angolano de Lobito. Estes Portos servem a Suidáfrica, Botswana, Zimbábue, Malawi, Zâmbia e Zaire.

Exemplos eloquentes são as sabotagens dos depósitos de combustível e das boias de sinalização do porto da Beira levadas a cabo por comandos sul-africanos.

A economia racista sul-africana beneficia com os efeitos destas destruições e sanções. Cortando as linhas de

sagrados pelo Movimento dos Países Não-Alinhados.

Consideramos positivos os contactos havidos entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO, por intermédio do Secretário Geral das Nações Unidas. Fazemos votos para que esses contactos conduzam a negociações directas entre as partes envolvidas com vista a implementar as resoluções relevantes da OUA, das Nações Unidas e do Movimento dos Não-Alinhados.

Somos solidários com o povo palestino, privado da sua pátria, objecto de uma acção sistemática de exterminação, cuja direcção é alvo de acções de destruição física. Os seus direitos legítimos e inalienáveis incluem a criação de um Estado palestino livre, independente e soberano.

A paz no Médio Oriente passa necessariamente pela retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados e pelo respeito de soberania e integridade territorial de todos os Estados da zona e particularmente do Líbano.

Somos a favor da realização de uma Conferência Internacional com a participação dos membros permanentes do Conselho de Segurança com a participação das partes envolvidas em pé de igualdade, incluindo a OLP, legítimo representante do povo palestino. No nosso respeito pelo nobre princípio do não uso da força para a solução dos problemas, condenamos as agressões norte-americanas contra a Líbia, um Estado membro do nosso Movimento. Tais práticas de agressão devem ser totalmente erradicadas antes que se transformem em perigosos antecedentes nas relações internacionais.

Cabe a esta augusta Assembleia tomar posição firme a favor dos direitos à auto-determinação e ao reconhecimento da independência do povo de Timor-Leste. Em Timor-Leste estamos perante a ocupação de um território, a privação do direito à liberdade de um povo, à violação flagrante dos princípios do nosso Movimento.

A República Popular de Moçambique saúda e continua a encorajar os esforços do Secretário Geral das Nações Unidas para uma justa solução da questão de Timor-Leste, na base das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A República Popular de Moçambique considera que a reunificação da Coreia é um imperativo e concorda com as propostas construtivas do Governo da República Popular e Democrática da Coreia.

O abrandamento da tensão na península coreana implica a retirada de tropas estrangeiras da zona.

Temos acompanhado com grande apreensão as acções de desestabilização contra a Nicarágua, membro activo do nosso Movimento.

Saudamos a política de não-alinhamento da Nicarágua, que se reafirma ao convidar-nos a reunir a nossa próxima conferência em Manágua.

Apelamos, com veemência, para o respeito escrupuloso da integridade territorial daquele país, da sua soberania e da cessação imediata da ingerência nos seus assuntos internos. Neste contexto, fazemos apelo para que sejam acatadas as decisões do Tribunal Internacional de Haia e para que se respeitem os meios de arbitragem e os princípios do direito.

Somos solidários com a luta dos povos da América Latina pela restauração da liberdade, justiça e democracia, particularmente em El Salvador e no Chile. Saudamos as vitórias democráticas em curso em diversos países da América Latina que abrem uma nova fase de esperança e prosperidade para os povos.

Prolonga-se indefinidamente a guerra fratricida entre o Irão e o Iraque, dois membros da nossa família. Esta guerra já devorou a vida de muitos milhares de crianças, mulheres e velhos. Ela destrói as bases materiais e sociais do desenvolvimento e progresso dos dois países. Ela beneficia os inimigos do nosso Movimento e afecta todos e cada um de nós. O nosso Movimento fez diversos esforços infrutíferos para pôr termo à guerra. Não devemos desistir. Importa, mais do que nunca, que no respeito pelo direito internacional, sem quaisquer anexações, no espírito de tolerância, se silenciam as armas.

Registamos progressos encorajadores no Sudeste Asiático. Tudo faremos para que na paz e cooperação, os povos heróicos do Vietname, Laos e Kampuchea possam consagrar a sua energia ao progresso que tanto necessitam.

Igualmente, queremos saudar os esforços feitos para que no Afeganistão democrático se restabeleça a paz e o povo possa avançar no caminho do progresso.

A fraternidade africana e o espírito do não-alinhamento parecem começar a prevalecer no Corno de África de onde nos vêm sinais encorajadores do diálogo estabelecido entre os governos da Etiópia e Somália.

Senhor Presidente, O direito dos povos à auto-determinação e à independência tem se materializado cada vez mais. A humanidade dá muito consagração este direito. A maior parte dos nossos Estados aqui representados nasceram do combate pela efectivação deste princípio.

No Sahara Ocidental, na Palestina e em Timor-Leste, povos heróicos e decididos, em condições difíceis, afirmam o direito inalienável à independência e soberania. São povos que dão o mais alto exemplo de amor à liberdade, aceitando o sacrifício da própria vida para terem a sua Pátria. Eles defendem os princípios con-

A paz é o bem mais precioso da Humanidade. Nunca como hoje ela constitui tão grande desafio para o homem, condição tão necessária para a sobrevivência da espécie.

A luta pela paz passa pelo afastamento total do perigo de holocausto nuclear. Contribui para essa luta a criação de zonas desmilitarizadas em várias partes do mundo, a interdição da nuclearização do fundo dos mares e do espaço cósmico. Manifestamos o nosso apreço e encorajamos os esforços feitos em prol do desarmamento e da paz. A sua acção honra os princípios do nosso Movimento.

O reatamento do diálogo entre a URSS e Estados Unidos da América é positivo. Cremos que a continuação destas negociações tem impactos benéficos em todas as esferas do desenvolvimento, particularmente no campo do desarmamento.

Saudamos a decisão da União Soviética de prolongar unilateralmente uma moratória de testes nucleares.

A necessidade de distensão internacional é importante para que uma paz efectiva para ser estabelecida em todo o mundo.

A distensão permitirá que a Comunidade Internacional se desbruce com mais serenidade e eficácia sobre a solução dos conflitos localizados. São confrontações locais que hoje matam centenas de milhares de pessoas e provocam a exaustão dos recursos materiais e financeiros, perpetuando os desequilíbrios internacionais e o subdesenvolvimento das nossas nações.

A proliferação dos conflitos criados ou apoiados do exterior em áreas do terceiro-mundo é motivo de profunda preocupação do nosso Movimento.

É significativo que a maior parte dessas confrontações se verifica em regiões que, na década de 70, derrotaram o colonialismo, a ingerência externa, as ditaduras mais tirânicas.

Esta acção visa claramente impedir que os povos retirem benefícios eco-

nomos e sociais das suas lutas, serve para intimidar os povos ainda dominados e oprimidos e as forças revolucionárias.

Dentro deste quadro, a transformação do Oceano Índico em zona de paz, desmilitarizada, e livre de armas nucleares, é uma preocupação dos países ribeirinhos e uma responsabilidade do nosso Movimento.

Com muita preocupação constatamos a presença crescente de forças e bases militares estrangeiras na área em desrespeito à vontade de maioria da comunidade internacional e das resoluções pertinentes de diversos organismos internacionais.

Este facto agrava a situação de tensão e instabilidade já existente na parte sul do nosso continente.

Uma vez mais reafirmamos o nosso total apoio aos esforços em curso no seio do nosso Movimento e das Nações Unidas com vista a realização da Conferência Internacional sobre o Oceano Índico em Colombo, Sri-Lanka.

Senhor Presidente, Reafirmamos aqui, perante tão ilustre assembleia, o nosso engajamento, a nossa determinação na defesa intransigente da nossa soberania, da nossa integridade territorial, da nossa liberdade, da nossa independência.

O povo moçambicano orgulha-se da nova sociedade que está a construir, uma sociedade em que o Homem é apenas Homem, homem moçambicano, independentemente da sua raça, da cor da sua pele, da sua origem étnica, das suas crenças religiosas. Lutamos por uma sociedade em que as nossas crianças cresçam em paz, para que tenham uma infância feliz, para que tenham escola, cuidados médicos, roupa, calçado, pão, brinquedos.

Sonhamos uma independência em que as nossas crianças não cresçam sob os efeitos da guerra nem o traumatismo da violência. Mas a agressão externa ainda não tornou possível este sonho.

A guerra que nos é movida alimentada de sangue e vidas humanas. A guerra destrói e torna mais difícil a nossa luta contra o atraso e o subdesenvolvimento.

A desestabilização sul-africana é uma agressão que visa vergar os nossos povos e submetê-los à hegemonia de interesse alheio. Ela é uma agressão contra os princípios do direito internacional e contra o Movimento dos países Não-Alinhados. Cabe a todos os países do Mundo, e em particular aos Não-Alinhados desencadear acções concretas para apoiar o restabelecimento da paz e tranquilidade, e salvaguarda da nossa liberdade e independência.

Em Julho de 1977 o Conselho de Segurança apelou à comunidade Internacional para assistir militarmente Moçambique a fazer face à agressão rodésiana.

Hoje é toda a região que é agredida pela África do Sul. A responsabilidade da Comunidade Internacional não diminuiu, pelo contrário ela alargou-se.

Apoiar o estabelecimento da paz e tranquilidade em Moçambique e na África Austral significa intensificar o apoio material concreto ao reforço da nossa capacidade defensiva.

Precisamos de assegurar aos nossos soldados, combatentes pela liberdade e independência na região, as condições materiais e morais que lhes permitam enfrentar com sucesso esta agressão.

É responsabilidade de toda a Comunidade Internacional intensificar a luta diplomática, consolidar a exigência da erradicação do «apartheid» como



No 6.º Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados, o Presidente Samora Machel chefiou a delegação do nosso País ao encontro, que teve lugar em Havana, capital de Cuba, onde pronunciou um discurso em que ficou célebre a frase «não alinhados sim, mas alinhados contra o apartheid»

ver Tambo que o Governo sul-africano deve negociar. Já é consenso da comunidade internacional que este diálogo, para ser construtivo exige:

- a liberdade incondicional de Nelson Mandela e dos restantes presos políticos;
- a legislação do ANC e de outras organizações políticas democráticas;
- a revogação da legislação racista.

Senhor Presidente,

Na Namíbia, há vinte anos que sob a direcção da SWAPO o povo combate de armas na mão pela sua liberdade e independência.

Pretória opõe-se à independência da Namíbia. Hoje o pretexto é a presença de tropas cubanas em Angola.

A Namíbia é uma antiga colónia alemã. Todas as antigas colónias alemãs em África, — Camarões, Tanganika, Burundi, Rwanda e Togo, — ascenderam à independência na década de 60. Angola ainda era uma colónia portuguesa, com tropas portuguesas no seu território, quando a África do Sul declarou a anexação do Sudoeste Africano.

ética condicionar a independência da Namíbia a questões externas à Namíbia e sobre os quais o Povo namibio não tem nenhum poder de intervenção ou direito da decisão.

É imperioso que a Comunidade Internacional intensifique todas as formas de apoio à luta de libertação nacional dirigida pela SWAPO e prossiga os seus esforços no sentido de fazer respeitar escrupulosamente a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

A Comunidade Internacional considera que a aplicação de sanções obrigatórias e globais contra a África do Sul é um meio eficaz para forçar os actuais dirigentes de Pretória ao diálogo e prevenir o alastramento da guerra.

A África do Sul ameaça exercer represálias sobre os países vizinhos em caso de sanções. Na realidade a África do Sul aplica desde 1975 sanções não declaradas contra os países da região, para além das destruições provocadas pela agressão. Os prejuízos causados só no âmbito da SADCC, a partir de 1980, ascenderam a mais de 10 mil milhões de dólares americanos.

comunicação através de Moçambique e Angola, os sul-africanos compõem os países do interior a usar as vias férreas e os portos sul-africanos com o correspondente agravamento dos custos de transporte. Os lucros adicionais dos caminhos de ferro sul-africanos são da ordem dos 200 milhões de dólares por ano e ajudam a financiar a desestabilização da zona.

O regime de Pretória deliberadamente desviou o tráfego ferro-portuário naturalmente destinado aos portos moçambicanos. Reduziu em mais de dois terços o número de mineiros moçambicanos na África do Sul e eliminou a cláusula do preço preferencial do ouro na transferência dos seus salários. As empresas sul-africanas em Moçambique foram sistematicamente descapitalizadas. As sanções não declaradas contra o nosso país incidiram em todos os sectores tradicionais das relações entre os dois países, geradores de divisas para a economia moçambicana.

As sanções já estão a ser aplicadas contra nós. A África do Sul aplica sanções efectivas contra os seus vizinhos.

A Comunidade Internacional deve tomar medidas concretas para pôr fim ao «apartheid» e à acção de desestabilização política, económica e militar. Deve tomar todas as medidas necessárias que acelerem o advento de uma África do Sul democrática, anti-racista, uma África do Sul em que crianças sejam simplesmente crianças e não mais se conheçam pela cor da pele.

Uma montanha de preconceitos e susceptibilidades, separa os sul-africanos e obscurece a sua visão. Quando todos os sul-africanos vencerem esta montanha, verão quão belo e maravilhoso pode ser o seu país para todos.

Cabe a todos os países do mundo e em particular aos países Não-Alinhados desencadear acções concretas de apoio que permitam aos povos da África Austral superar os efeitos económicos e sociais da agressão sul-africana.

Torna-se necessário intensificar a luta diplomática, consolidar a exigência da erradicação do «apartheid» como causa principal de desestabilização e da guerra.

Senhor Presidente,

O direito dos povos à auto-determinação e à independência tem se materializado cada vez mais. A humanidade dá muito consagração este direito. A maior parte dos nossos Estados aqui representados nasceram do combate pela efectivação deste princípio.

No Sahara Ocidental, na Palestina e em Timor-Leste, povos heróicos e decididos, em condições difíceis, afirmam o direito inalienável à independência e soberania. São povos que dão o mais alto exemplo de amor à liberdade, aceitando o sacrifício da própria vida para terem a sua Pátria. Eles defendem os princípios con-



O Presidente Samora Machel participou em 1976, na 5.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados, em Colombo, no Sri Lanka. Foi a primeira participação do nosso País em tão importante encontro do Movimento



O Presidente Samora Machel esteve presente em 1983, na 7.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da falecida Sr.ª Indira Gandhi, a qual decorreu sob a direcção

causa principal da desestabilização e da guerra.

É imperativo que a Comunidade Internacional e os países Não-Alinhados assistam os países da África Austral, nos projectos de desenvolvimento e cooperação regional e nas realizações económicas e sociais em cada um dos nossos países.

O nosso movimento, estamos certos, saberá mais uma vez estar à altura dos enormes desafios que enfrenta. Os países Não-Alinhados sabem reforçar a sua solidariedade, alargando e aprofundando a frente anti-imperialista para o triunfo dos ideais do Não-Alinhamento.

Em acções concretas de solidariedade a nossa unidade sai sempre reforçada. A História da luta libertadora dos povos, assim o tem demonstrado: A solidariedade não é um acto de caridade. É a ajuda mútua entre povos que lutam pelos mesmos objectivos.

A República Popular de Moçambique fiel aos princípios do nosso movimento saberá assumir as suas responsabilidades.

Reafirmamos aqui, perante tão ilustre assembleia, o nosso engajamento, a nossa determinação na defesa intransigente da nossa soberania, da nossa integridade territorial, da nossa liberdade, da nossa independência.

O povo moçambicano continuará a sua marcha na certeza da vitória.

A Luta Continua Muito Obrigado